

São Paulo, 25 de junho de 1998.

Ofício nº M0125698

Para: Folha de S. Paulo

A/C da Redação (fax: 221-1965)

De: Mauro Alves da Silva - tel.: (011)5565-7781 / BIP: 50-800-100 código: 962-4949

Ref.: crítica ao artigo "Opinião - Sou homossexual e me orgulho disso" (cad. 3 - pág. 2 - 25/06/98) convidando para a 2ª Parada do Orgulho GLT em 28/06;

"...há que se pensar nas crianças..."

Prezado Senhor,

Para iniciar a crítica, destaco o último parágrafo, no qual é dado o nome, idade e função da articulista. Chamo-lhe a atenção para uma omissão fundamental: a articulista é Conselheira no Condeca (Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de SP) representando a CUT Estadual.

Informo-lhe que a CUT está no seu terceiro mandato no Condeca (*), o que exige a resposta a uma questão (pelo menos): O que a CUT fez (no Condeca), através de sua representante, para garantir uma Política de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - DCA, especialmente em relação à Educação Sexual? Absolutamente nada.

A Folha deveria solicitar (à articulista) um resumo de sua atuação no Condeca.

Fiz questão de expor a DCA porque o debate sobre Direitos Humanos não está considerando que "criança e adolescente é prioridade absoluta (art. 227 da Constituição Federal)", e que somente através da Educação das crianças e dos adolescentes é que superaremos os preconceitos e as discriminações de toda ordem.

Entendo que não é através de uma Lei (tipo "União Civil") que se vai mudar uma cultura conservadora dos usos e costumes, mesmo porque a Constituição Federal determinou que se promova a Família, sobre a qual recai, em primeiro lugar, a responsabilidade de proteger as crianças e adolescentes. Em vista disso, não há motivos para equiparar uma "parceria" que não tem a função de "gerar filhos" com a instituição Família. Destaque-se ainda que já existem mecanismos no Código Civil que garantem a principal reivindicação das uniões homossexuais: decisão dos parceiros na divisão dos bens constituídos durante a união.

Espero que este artigo não desperte a ira dos simpatizantes da articulista, pois a crítica está baseada em fatos, e estou analisando a atuação na política DCA, o que nada tem a ver com a opção sexual da articulista.

Finalizando, lembro a todos que leem esta carta que "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (inciso IV, art. 5º da CF)", mas entendo que a opção sexual do cidadão não é da conta de ninguém, e o Estado não deve interferir na questão.

Sendo só o que se apresenta, atenciosamente agradeço.

Mauro Alves da Silva

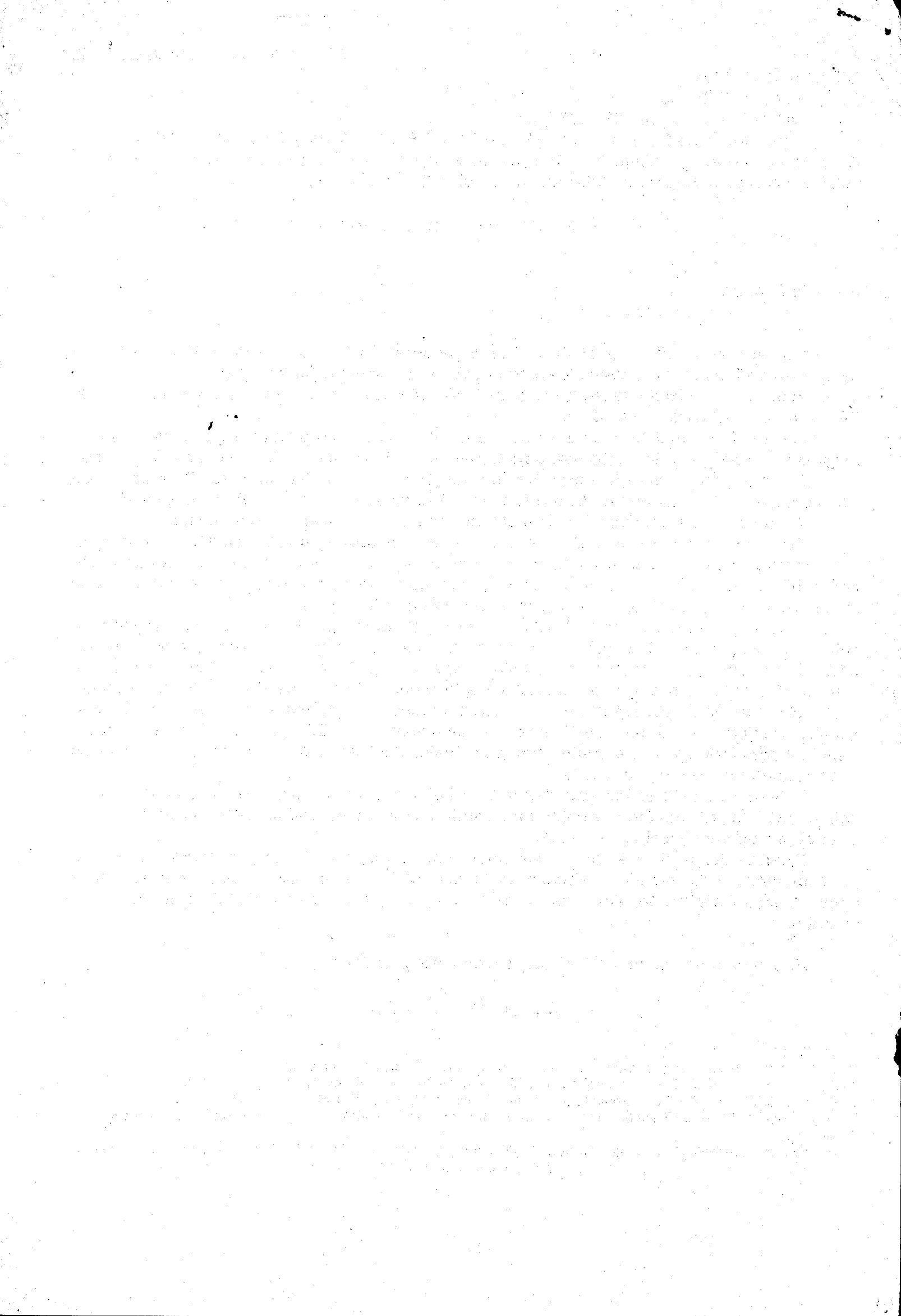
Observações:

1 - Este documento está sendo enviado por fax a fim de produzir efeitos em tempo hábil;

2 - A carta é de responsabilidade da pessoa física: Mauro Alves da Silva (34), brasileiro, solteiro, comerciante, RG: 11.754.844, CPF: 086325248-60, residente à R. Bento C. Silveira, 247 - CEP 04330-080 - S. Paulo - SP;

3 - O signatário é Diretor de Relações Institucionais do Grêmio SER Sudeste - Promoção da Cidadania e Defesa do Consumidor).

(*) Existe uma representação junto ao Ministério Público questionando a legalidade da eleição do Condeca e seu atual funcionamento. (cópia anexa)



Mídia: Folha de S. Paulo
Data: 25/06/98
Página: 3-2
Assunto: Comportamento; homossexualismo

Opinião

Sou homossexual e me orgulho disso

Maria Izabel da Silva

O dia 28 de junho foi adotado como dia internacional do Orgulho Gay e Lésbico em função da rebelião promovida por gays e travestis em Nova York no ano de 1969. Naquela data, uma sexta-feira, a polícia tentou interditar um bar frequentado por homossexuais - o Stonewall Inn - sob a alegação de descumprimento da lei que regia a venda de bebidas alcoólicas. Pela primeira vez na história, os homossexuais reagiram e lutaram para se defender. A morte de Judy Garland (um companheiro), no dia anterior, intensificava a revolta.

O conflito deixou como saldo vários feridos, garrafadas e resistência à prisão.

"Sou homossexual e me orgulho disso", passaram a frisar, durante os anos, os manifestantes que lançaram, junto com a data comemorativa, um movimento pelos direitos civis dos homossexuais, lésbicas, travestis e transexuais.

San Francisco, Paris e Londres são algumas das cidades que organizam paradas de orgulho gay em torno do dia 28 de junho.

No Brasil, as primeiras iniciativas voltadas para um movimento homossexual surgiram no eixo Rio-S. Paulo, na segunda metade da década de 70, com a fundação do jornal "Lampião de Esquina" e do grupo Somos.

No início da década de 80, organizaram-se grupos por todo o país, que desempenharam importante papel na luta pelos direitos humanos e civis dos homossexuais.

Na segunda metade da década, esses grupos foram fundamentais na proposição de respostas à sociedade civil sobre a epidemia de Aids, que atingia majoritariamente os gays.

As comemorações brasileiras do 28 de junho, no entanto, são recentes. Foram assumidas a partir de 1996, aqui em São Paulo. Em 1997, a 1ª Parada do Orgulho GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) reuniu cerca de 2.000 pessoas, entre vários artistas e personalidades, que levantaram o tema "Estamos em Todos os Lugares e em Todas as Profissões".

A 2ª Parada do Orgulho GLT percorre de novo o circuito avenida Paulista-praça Roosevelt este ano. A atividade começa às 14 h, em frente ao prédio da Gazeta. A manifestação quer chamar a atenção para o fato de que nós - gays, lésbicas ou travestis - somos sujeitos com direitos e exigimos da sociedade tratamento igual. Nossa opção sexual não nos faz diferentes dos demais cidadãos. Exatamente por isso, não podemos admitir nem a violência policial nem a homofobia que presenciamos frequentemente em nossos bairros, cidades, Estados.

Também não podemos admitir de forma alguma a discriminação nos locais de trabalho. O movimento sindical cutista não deve ficar indiferente à realidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras que têm como opção sexual parceiros do mesmo sexo.

Assim como as resoluções que tiramos em nossos congressos pregam a luta pela igualdade para as mulheres e contra a discriminação racial no mercado de trabalho, devemos nos lançar à criação de uma política voltada para a questão da homossexualidade.

Qualquer pessoa sensata há de concordar que o preconceito sobre uma trabalhadora negra e lésbica é triplo. Se trabalhador for negro e gay, então, está perdido. É vítima de todo e qualquer tipo de piada e chacota.

Romper dentro de cada um de nós o próprio preconceito e fazer com que a Central Única dos Trabalhadores se preocupe, de fato, com toda a classe trabalhadora (independente de raça, sexo ou opção sexual) é o que proponho que este 28 de junho signifique para todos os que miram o horizonte em busca de um país socialmente justo e capaz de fazer valer o exercício da liberdade de expressão e de opção sexual.

Para isso, convido você a participar da 2ª Parada do Orgulho GLT. E quem sabe, no próximo ano possamos falar em GLTS (Gays, Lésbicas, Travestis e Simpatizantes).

Maria Izabel da Silva, 33, é secretária de Políticas Sociais da CUT São Paulo

